

Prefeitura compra R\$ 12 milhões em livros sem licitação

Aquisição está concentrada em uma única editora; Administração silencia

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas autorizou a compra de mais de R\$ 12 milhões em livros para a rede municipal de ensino sem a realização de processo licitatório. As autorizações, assinadas pela secretária municipal de Educação, Patrícia Adolf Lutz, foram publicadas na edição desta quarta-feira (27) do Diário Oficial do Município. O montante foi destinado, com exclusividade, a uma única fornecedora: a Casa Cultural Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

Embora a aquisição de materiais didáticos sem concorrência pública possa ocorrer legalmente sob o amparo da regra de “inexigibilidade de licitação” — mecanismo aplicável quando há inviabilidade técnica de competição, como no caso de fornecedores ou autores exclusivos, conforme a Lei 14.133/2021 —, o alto valor concentrado em apenas uma

empresa gerou reações no cenário político, especialmente pela ausência de clareza sobre os critérios pedagógicos da escolha.

Outro ponto que chama a atenção é o próprio perfil da empresa contratada. Tratando-se de uma editora de menor expressão mercadológica e com obras de acabamento esteticamente mais simples quando comparadas aos gigantes do mercado didático, a destinação de R\$ 12 milhões levanta questionamentos.

Em auditorias rotineiras de Tribunais de Contas, processos de inexigibilidade com distribuidoras exigem comprovação irrefutável de exclusividade comercial na região e a justificativa técnica de que somente aquele material específico poderia atender à rede.

O caso repercutiu no Legislativo. A vereadora Fernanda Souto protocolou um requerimento de informações cobrando explicações detalhadas da Prefeitura



Compra de mais de R\$ 12 milhões em livros para a rede de ensino foi feita sem licitação

sobre a operação comercial e a lisura do processo.

“Doze milhões de reais em compra de livros em Campinas sem licitação. Hoje, dia 27 de maio, no Diário Oficial de Campinas, foram publicadas duas autorizações assinadas pela secretária Patrícia Adolf Lutz para a compra de livros em mais de 12 milhões de reais para a rede municipal, sem licitação. Eu estou protocolando um requerimento de informações ao prefeito e à secretária para que justifiquem essa compra”, afirmou a parlamentar.

Souto questionou ainda os critérios adotados pela pasta para justificar o negócio. “Queremos saber se foi feita uma consulta à gestão da rede, se foi feita uma consulta às escolas e, principalmente, se essa compra está em acordo com a construção do projeto pedagógico que é construído de forma coletiva na nossa rede. Educação pública não pode ser tratada sem transparência e sem

diálogo com quem constrói a escola todos os dias”, pontuou, concluiu a vereadora.

Prefeitura silencia

Diante do grande volume de recursos públicos envolvidos, a reportagem procurou a Secretaria Municipal de Educação para esclarecer os detalhes da compra com a Casa Cultural Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

A reportagem solicitou um posicionamento da administração municipal até as 18h30. No entanto, até o momento da publicação desta matéria, às 20h46, a Prefeitura de Campinas não havia retornado aos contatos nem encaminhado respostas para nenhuma das perguntas formuladas. O espaço segue aberto para que o Executivo e a Secretaria de Educação apresentem seus esclarecimentos.

Protestos

A polêmica sobre a compra

milionária de livros ocorre em um momento de forte tensão entre o Executivo e os profissionais da rede municipal. Exatamente um dia antes da publicação no Diário Oficial, na terça-feira (26), servidores da educação realizaram uma grande manifestação e ocuparam o Paço Municipal.

A categoria protesta contra o que classifica como “ataques à autonomia das escolas”. De acordo com a vereadora Fernanda Souto (PSOL), a administração municipal vem “atacando a autonomia dos servidores, atacando a gestão democrática da rede, avançando nas privatizações e ameaçando, inclusive, privatizar a construção das nossas diretrizes curriculares da educação básica”. Entre as principais preocupações dos educadores estão terceirização, a perda da gestão democrática e a ameaça de que a construção das diretrizes curriculares da educação básica passe para o controle da iniciativa privada.

Contribuintes com vitória na Justiça sobre IPTU são convocados para acordo

Firmino Piton/Prefeitura de Campinas

Contribuintes de Campinas com débitos de IPTU discutidos na Justiça e que já obtiveram decisões favoráveis poderão regularizar a situação diretamente com a Prefeitura por meio do programa Concilia Campinas. A administração municipal estima arrecadar cerca de R\$ 12 milhões com aproximadamente 800 processos que podem ser encerrados por acordo.

A proposta busca simplificar a regularização dos débitos, reduzir burocracias e acelerar o encerramento de disputas judiciais antigas de forma consensual.

Na prática, a Prefeitura passará a considerar os valores já reconhecidos pela Justiça nos processos judiciais. Isso significa que, se o contribuinte questionou judicialmente o valor do IPTU

e obteve uma decisão judicial favorável, a Administração poderá utilizar esse valor para formalizar o acordo e encerrar a ação.

Um exemplo simples: se a cobrança inicial era de R\$ 1 milhão e a Justiça reconheceu, após perícia, que o valor correto é de R\$ 800 mil, a negociação poderá ser feita com base no valor homologado judicialmente.

O procurador-geral do município, Roberto Granja, orienta que os contribuintes nessa situação procurem a Prefeitura para iniciar o procedimento. “O primeiro passo é conversar com o advogado responsável pelo processo e fazer a solicitação pelo SEI. Nossa equipe fará a análise e, atendidos os requisitos legais, o acordo poderá ser formalizado”, explicou.



IPTU: prefeitura abre acordo para contribuintes com ações

Segundo ele, a medida beneficia todas as partes envolvidas. “O contribuinte consegue regularizar a situação com mais segurança e rapidez; a Prefeitura reduz o volume de ações judiciais; e a

Justiça também ganha com a solução consensual dos processos”, afirmou.

O acesso ao SEI pode ser feito pelo endereço sei.campinas.sp.gov.br/externo. Em caso de

dúvidas, o contribuinte pode entrar em contato pelo telefone 2116-0603.

Concilia Campinas

O Concilia Campinas foi criado para ampliar as possibilidades de negociação de débitos tributários municipais e evitar disputas longas na Justiça. O programa prevê diferentes modalidades de negociação, incluindo parcelamentos, descontos e acordos para diversos tipos de tributos municipais.

Entre as medidas previstas estão: negociação de pequenos débitos sem necessidade de ação judicial; descontos em juros e multas; parcelamentos em até 60 meses; mutirões de negociação; pagamento digital com Pix e QR Code.